

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO, UNIDADES REQUISITANTES, FUNDAMENTAÇÃO E TIPO DE CONTRATAÇÃO

1.1. Constituí **objeto** do presente Termo de Referência a aquisição de Viaturas (veículos automotores e respectivas adaptações) 0 km (zero quilômetro), a serem adquiridas para emprego nas Atividades e Programas de fiscalização desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana – SMOMU, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento;

1.2. Unidade requisitante: Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana - SMOMU.

1.3. Descrições, especificações e quantitativos: Os itens que compõem o presente processo deverão atender as seguintes especificações e as propostas com validade de no mínimo 90 (noventa) dias:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT. TOTAL
1	VEÍCULO VOLKSWAGEN SAVEIRO ROBUST – ZERO KM – ESTILO PICK-UP – CABINE SIMPLES – TRANSMISSÃO: MANUAL – 104 CV / 101 CV – TOTAL FLEX – MODELO: 2022 – Veículo da cor preta - “ABS” - freios com sistema antitravamento; “Aerowischer” – palhetas do limpador de para-brisa com melhor performance; “Easy trunk” - sistema de abertura elétrica da tampa traseira pelo logotipo; “EBD” - freios com distribuição eletrônica de frenagem; “ESS” - alerta de frenagem de emergência; 2 airbags (passageiro e motorista); Alerta sonoro para lanternas ligadas; Antena no teto; Apoio lateral para acesso a caçamba; Banco do motorista com ajuste de altura; Barra de apoio para carga no teto; Cintos de segurança dianteiros com pré-tensionador; Console central com	Unid	3

	<p>porta-copos; Direção hidráulica; Emblema “Robust” na tampa traseira; Estepe sob a caçamba; Faróis simples com máscara escurecida; Freio a disco nas quatro rodas; Grade dianteira em preto fosco; Indicador de troca de marcha; Moldura nas caixas de rodas; Painel de instrumentos com conta-giros, velocímetro e marcador do nível de combustível; Para-choques em preto fosco; Para-sol com espelho para motorista e passageiro; Porta-objetos nas laterais das portas; Porta-revistas atrás do banco do passageiro; Preparação para sistema de som com fiação; Protetor da caçamba; Retrovisores externos com controle interno manual; Rodas de aço aro 15” com pneus 205/60 R15; Suporte para celular com entrada USB; Tampa da caçamba com amortecedor e chave; Temporizador do limpador do para-brisa; Tomada 12V no console central. Ar-condicionado com filtro de poeira e pólen; Chave tipo “canivete” sem controle remoto; Iluminação da caçamba; Lanterna de freio elevada (brake-light); Santantônio (aro de proteção da cabine) e grade protetora da janela traseira; Travamento elétrico sem controle remoto; Vidros elétricos. Dispositivo luminoso intermitente 12V, tipo base em ferro fixa de 1,00 m no mínimo, em acrílico com espessura de 3mm e tratamento UV, lâmpada de led 5mm de alto brilho, contendo 5 cúpulas na posição frontal sendo 3 cúpulas vermelhas e 2 azuis, cada barra com 270 leds, sirene 12V, com pressão Sonora de 126dB (medida a 1 metro), 80w rms de Potência, 6 Tons, 1 Cabo PPT. Com garantia de no mínimo 1(um) ano, 03 (três) primeiras revisões periódicas, (óleo, filtro e mão de obra), emplacamento e licenciamento para o ano de 2021. Frete incluso.</p>		
2	<p>VEÍCULO GM - CHEVROLET – SPIN LS 1.8 8V ECONO. FLEX 5P MEC. – ZERO KM – VEÍCULO TIPO MINIVAN – veículo da cor branca – Potência: Não inferior a 160 cv. - 5 lugares, 5 portas, vão-livre do solo de 13 cm no mínimo, direção elétrica, ar-condicionado e vidros elétricos dianteiros e traseiros,</p>	Unid	1

com motorização mínima 1.8 L, comprimento mínimo de 4,3 m e porta-malas com no mínimo 700 L para transporte provisório e precário, por motivo de força maior, de suspeitos de cometimento de crime em compartimento de carga, com instalação de dispositivo de proteção para tal transporte, separando tal compartimento dos assentos do veículo, garantindo a devida ventilação e presença de luminosidade natural, dispositivo luminoso intermitente 12V, tipo base em ferro fixa de 1,00 m no mínimo, em acrílico com espessura de 3mm e tratamento UV, lâmpada de led 5mm de alto brilho, contendo 5 cúpulas na posição frontal sendo 3 cúpulas vermelhas e 2 azuis, cada barra com 270 leds, sirene 12V, com pressão Sonora de 126dB (medida a 1 metro), 80w rms de Potência, 6 Tons, 1 Cabo PPT. Com garantia de no mínimo 1(um) ano, 03 (três) primeiras revisões periódicas, (óleo, filtro e mão de obra), emplacamento e licenciamento para o ano de 2021. Frete incluso.		
---	--	--

1.4. Fundamentação Legal: A presente contratação se dará, **preferencialmente**, por meio de Pregão Eletrônico com base na Lei 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93, pelo menor preço unitário, salvo nos casos em que o valor não ultrapassar o limite R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), o que poderá vir a ser por Dispensa de Licitação, com base no artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93, **desde que não fracionado o elemento da despesa.**

1.5. Tipo: menor preço unitário por item, nos termos da Lei 8.666/93.

1.6. Prazo: O presente procedimento objetiva a aquisição com entrega imediata. Até 30 (trinta) dias para o item “1” e até 75 (setenta e cinco) para o item “2”.

2. **DA AQUISIÇÃO**

2.1. A presente licitação de viaturas possui o objetivo de atender as necessidades da Secretaria em relação a aquisição de 04 (quatro) veículos: 03 (três) veículos do estilo pick-up cabine simples e 01 (um) veículo estilo Spin;

2.1.1. Os veículos estilo Pick-up, cabine simples, descritos no item 1, devem ser obrigatoriamente da marca VW – VOLKSWAGEN, conforme padronização da frota de veículos leves e pesados do Município de Nova Friburgo, com fulcro no Decreto nº.190, de 25 de outubro de 2013.

2.1.2. Quanto a aquisição do veículo estilo SPIN, marca GM – CHEVROLET, se justifica para atendimento das demandas das operações/ações realizadas pela equipe da Guarda Civil Municipal, tendo em vista que este tipo de veículo atende as necessidades de policiamento, fiscalização e apreensão de natureza viária.

É oportuno esclarecer que os tipos de veículos similares da marca VW – VOLKSWAGEN (marca padrão, de acordo com o Decreto Municipal nº 190), possuem porta-malas muito menor, além de valor de mercado bem superior ao do veículo estilo SPIN, marca GM – CHEVROLET, ora solicitado, conforme documentos anexos.

Outro fator preponderante que justifica a escolha do veículo discriminado no item 2, é sua vasta utilização por outras corporações em diversos Estados do Brasil, conforme imagens anexadas.

2.1.3. A carroceria do veículo estilo SPIN, marca GM – CHEVROLET (item 2) deverá ser dotada de habitáculo de passageiros com capacidade para acomodar até cinco guardas (dois nos bancos dianteiros e três no traseiro) e compartimento traseiro, originalmente destinado ao transporte de bagagem a ser adaptado para transporte de detidos, consonante a Resolução nº 626/16 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;

2.1.4. O compartimento traseiro do veículo estilo SPIN, marca GM – CHEVROLET (item 2) deverá ser adaptado conforme descrição a seguir, visando à condução eventual de infratores da lei:

I-Reforço da fechadura:

O sistema de abertura da porta do compartimento traseiro deverá receber a proteção necessária a fim de evitar o acesso ao sistema de abertura ou sua violação;

O mecanismo interno deverá ser isolado (do tipo blindado), não permitindo a abertura por qualquer tipo de objeto, a fechadura não deverá possuir sistema de abertura interno, do tipo trava anti-sequestro.

II - Divisória de proteção:

Peça confeccionada em fibra ou ABS (acrilonitrila butadieno estireno) e policarbonato, ou similar, a ser instalada transversalmente atrás do banco traseiro, com a finalidade de isolar os ocupantes do compartimento traseiro dos demais ocupantes do veículo, sem, contudo, diminuir o campo de visão do motorista, quando utilizar o espelho retrovisor;

A divisória será formada por uma parte opaca (inferior), confeccionada em chapa de fibra ou ABS (acrilonitrila butadieno estireno) ou similar, com espessura não inferior a 3,5 mm, que se prolongará da base do compartimento traseiro até o alinhamento superior do banco, integrando-se a parte superior transparente, confeccionada em chapa de policarbonato com espessura não inferior a 3,5 mm, que se prolongará do alinhamento superior do banco até o teto;

A divisória deverá ser dotada de perfil metálico em toda a sua extremidade, por meio do qual será feita a fixação na carroceria do veículo, bem como de sistema que permita adequada circulação de ar no interior do veículo, inclusive do ar-condicionado, caso o veículo possua sistema de saída do ar através de console no teto.

III – Revestimento:

Peça inteiriça, confeccionada em fibra ou ABS (acrilonitrila butadieno estireno), ou similar, com espessura não inferior a 3,5 mm, a ser moldada e aplicada em toda a extensão da base do compartimento traseiro, prolongando-se nas laterais até o alinhamento dos vidros e integrando-se à parte inferior da divisória;

Deverá possuir, no mínimo, 2 pontos de drenagem (com tampa) que permitam o escoamento total de líquidos utilizados para a limpeza do compartimento, devidamente canalizados de forma que os líquidos não caiam sobre qualquer parte, peça ou componente do veículo, incluindo-se os pneus do eixo traseiro e o estepe, caso o mesmo seja localizado sob o assoalho;

Caso o estepe original seja alojado dentro do compartimento do porta-malas, este deverá ser adequadamente reposicionado, a fim de não comprometer a acessibilidade, sem comprometer a condução de detidos.

2.1.5. Os veículos, discriminados nos itens 1 e 2, deverão ser entregues com suas ferramentas, acessórios e equipamentos necessários para realização das manutenções emergenciais e estar em conformidade com as exigências deste Termo e da Lei Nº 9.503/97 Código de Trânsito Brasileiro – CTB;

Os veículos, equipamentos e acessórios incorporados deverão estar adequadamente dimensionados para atender a finalidade a que se destinam; Os veículos deverão possuir todos os equipamentos, acessórios e itens de série do mesmo modelo/versão ofertado no mercado, sendo vedada a sua remoção ou substituição, salvo quando solicitado pela CONTRATANTE.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana – SMOMU – como órgão componente do Sistema Nacional de Trânsito tem por finalidade o exercício das atividades de planejamento, administração, normatização, pesquisa, registro, licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores, educação, engenharia, operação do sistema viário, policiamento, fiscalização, julgamento de infrações e de recursos e aplicações de penalidade.

3.2. Em relação ao policiamento e fiscalização do trânsito, a SMOMU tem auxiliado os demais órgãos fiscalizadores (DETRAN/RJ, DER/RJ), bem como os responsáveis pela Segurança Pública (PMERJ e PCERJ) em suas operações, por essa razão torna-se necessário a aquisição de novos veículos para reforço da frota da Secretaria. Tal reforço conferirá maior mobilidade, rapidez e pronta resposta as ações operacionais da Pasta; quer seja no aspecto preventivo ou de atendimento as demandas diárias e de cumprimento as normas legais previstas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e demais legislações correlatas.

3.3. Para desempenhar suas atribuições legais, a SMOMU conta com Agentes de Trânsito e Guardas Civis Municipais para executarem a fiscalização de trânsito,

autuação, aplicação de medidas administrativas legalmente previstas, bem como ações para a manutenção da ordem urbana.

3.4. Insta esclarecer que os Guardas Civis Municipais além de terem como atribuições a proteção de bens, serviços, logradouros públicos e instalações do Município, exercem também as competências de trânsito nas vias e logradouros municipais, conforme dispõe o “Estatuto Geral das Guardas Municipais” (Lei Federal nº 13.022/2014), Lei Orgânica do Município (Lei 4.637/2018) e Decreto do Executivo Municipal nº 672/2020.

3.5. Para o cumprimento das suas atribuições é indispensável que a SMOMU seja suprida não só de recursos humanos, mas também dos meios materiais necessários para fazer frente a essa demanda, dentre os quais se inserem as viaturas, que merecem destaque, haja vista as características da atividade de fiscalização do trânsito e da ordem, que se sobressai pela realização da ronda ostensiva motorizada;

3.6. Os veículos estilo pick-up serão utilizados para conduzir servidores para efetuarem fiscalização e conservação de vias, bem como transportar equipamentos específicos (cones, cavaletes, gradis, escadas etc) em toda extensão territorial do Município.

3.7. A aquisição das viaturas, objetos do Termo de Referência, conferirão maior eficiência, eficácia e efetividade no atendimento das ocorrências, bem como serão de fundamental importância nos patrulhamentos rotineiros dos Bairros/Distritos e nas ações de fiscalização do trânsito.

3.8. A responsabilidade pela guarda, conservação das viaturas, e designação de Agentes credenciados e habilitados caberá à Subsecretaria de Mobilidade Urbana, e no caso da utilizada pelos Guardas Civis, tal encargo caberá à Subsecretaria da Guarda Civil Municipal.

3.9. Por fim, cabe ressaltar, que a presente solicitação é decorrência do crescimento da demanda recebida pela Secretaria, principalmente, em consequência do aumento da frota de veículos em circulação nas vias da cidade nos últimos anos.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. A entrega será efetuada com prazo não superior a 30 (trinta) dias úteis para o item “1” e 75 (setenta e cinco) dias para o item “2”, contados do recebimento da Nota de Empenho, ou assinatura do Contrato, se for o caso, no seguinte endereço:

- **Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana – SMOMU**
- **Endereço: Rua Vicente Sobrinho, nº 80, Olaria – Nova Friburgo – RJ,**
- **Horário de entrega: segunda a sexta-feira das 09horas às 17horas;**

4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

4.4. Os bens serão recebidos, definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação, se dará em até 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento provisório.

4.5. A falta do bem não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento do objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

4.6. Os veículos deverão ser entregues, com Taxas de Emplacamento, Licenciamento e Seguro Obrigatório – DPVAT pagos, com os Certificados de Registro e Licenciamento do Veículo (CRV/CRLV) e com o pagamento do frete, tributos, encargos sociais, primeira vistoria e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir no preço proposto. Também deverão ser emplacados na respectiva cidade de entrega sem qualquer ônus adicional para a Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana – SMOMU.

4.7. Não é exigido que os veículos a serem adquiridos tenham o primeiro emplacamento em nome da entidade licitante, cabendo, todavia, ao vencedor da licitação a comprovação de se tratar de veículo novo, ou seja, nunca antes utilizado. Ainda, tais veículos necessariamente deverão ser isentos de uso anterior e que, caso

já registrados e emplacados, o vencedor do certame deverá providenciar a transferência para a Administração, arcando com todos os custos incidentes.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da legislação vigente.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO:

6.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto previsto no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso da Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana, relacionados abaixo:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte
31001.2678200881.092	44.90.52.06	13

6.2. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão e o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, desde que, nos termos do Decreto Municipal nº 258/2018, as certidões, abaixo listadas, estejam dentro da validade:

6.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos aos Trib. Federais e à Dívida Ativa da União;

6.2.2. Certificado de Regularidade do FGTS;

6.2.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

6.2.4. CND – Certidão de Nada Consta (junto a Receita Estadual);

6.2.5. Certidão Negativa da Dívida Ativa (Procuradoria-Geral do Estado);

6.2.6. Certidão Negativa de Débitos Municipais.

6.3. A nota fiscal deverá conter a identificação do banco, número da agência e conta-corrente para que a Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

6.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA, CNPJ: 20.095.168/0001-35**, Rua Vicente Sobrinho, nº 80, Olaria, Nova Friburgo/RJ, CEP: 28.623-400.

6.5. Na ocorrência de rejeição da(s) nota(s) fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

7.2. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade, vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

7.3. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

7.4. Só poderão participar do certame o fabricante ou concessionário (distribuidor), conforme a Lei nº 6729/1979.

7.5. Em atendimento ao Decreto Municipal nº 190, de 25 de outubro de 2013, o qual institui a padronização da frota de veículos, só poderão ser adquiridos veículos da marca VOLKSVAGEM, salvo nos casos devidamente justificados pela unidade requisitante.

7.6. A escolha da empresa far-se-á por meio da apresentação de menor proposta através da solicitação de preços para aquisição de material, ANEXO II.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

8.1.1. Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;

8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3. Atestar a fatura/nota fiscal da CONTRATADA oriunda da aquisição;

8.1.4. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

8.1.5. Aplicar as penalidades constantes no item “Das Sanções Administrativas” do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

8.1.6. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.8. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, em conformidade com o Decreto Municipal nº 258/2018;

8.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

9.1.2. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.4. Prestar Serviço de Assistência Técnica Gratuita, reparar e corrigir, durante o prazo de vigência da garantia, o veículo que apresentar vícios, defeitos ou incorreções, sem ônus para a SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM E MOBILIDADE URBANA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

9.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxa, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação da garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

9.1.8. Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

9.1.9. Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana;

9.1.10. A CONTRATADA é a responsável exclusiva perante a CONTRATANTE, para cobertura das garantias referentes aos veículos e seus equipamentos acessórios, mesmo aqueles que a fabricação não esteja diretamente relacionada com sua linha de produção (terceirização);

9.1.11. Fornecer os veículos Zero quilômetros, com duas chaves e Certificado de Registro, com o Licenciamento Veicular – CRLV em nome do FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA, registrado no DETRAN e com os Manuais do proprietário, de Manutenção e de Garantia;

9.1.12. Substituir, em um prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, o veículo que apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela frequência com que as ocorrências técnicas corretivas tenham sido realizadas nas concessionárias do fabricante, durante a vigência da garantia;

9.1.13. Efetuar as 3 (três) primeiras revisões programadas, que devem ser realizadas a cada 1 (um) ano ou 10.000 Km (dez mil quilômetros), prevalecendo o que ocorrer primeiro, além da substituição dos itens preventivos, realizar as atualizações de software e diagnósticos completos do veículo para prevenir possíveis problemas, sem ônus para a contratante.

As trocas das peças, caso necessária, somente por novas e originais ou de desempenho iguais ou superiores as utilizadas na fabricação do veículo, além de utilizar lubrificantes indicados pelo fabricante;

9.1.14. Os veículos deverão ser entregues já emplacados, devidamente registrado no **DETRAN – CATEGORIA OFICIAL** – em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA, CNPJ 20.095.168/0001-35**, Rua Vicente Sobrinho, nº 80, Olaria, Nova Friburgo/RJ, CEP: 28.623-400.

9.1.15. Qualquer despesa com emplacamento dos veículos será responsabilidade da Contratada.

10. MEDIDAS ACAUTELADORAS

10.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE DA EXECUÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

13.2. Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
José Roberto Ruiz de Azevedo	65.954	Gestor titular
João Victor Fernandes de Jesus	62.909	Gestor substituto
Renato de Souza Silva	62615	Fiscal titular

Alexandre de Paula Pinto	115.001	Fiscal substituto
--------------------------	---------	-------------------

13.3. O (s) fiscal (is) do contrato anotar  em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário   regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

13.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

13.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n  8.666, de 1993.

14. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

14.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos Setores Operacionais e de Planejamento, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas;

14.2. A especificação dos itens é de responsabilidade da requisitante sendo apenas reproduzido para o Termo de Referência.

15. DAS SAN  OES ADMINISTRATIVAS

15.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

15.2. Comete infração administrativa a contratada que:

15.2.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

15.2.2. Apresentar documentação falsa;

15.2.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

15.2.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.2.5. Não manter a proposta;

15.2.6. Cometer fraude fiscal;

15.2.7. Comportar-se de modo inidôneo;

15.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

15.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

15.4.1. Advertência;

15.4.2. Multa:

15.4.2.1. compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

15.4.2.2. moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

15.4.2.3. moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

15.4.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

15.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir

a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

15.5. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

15.6. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

16. DA RESCISÃO

16.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

16.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

16.2.1. Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana;

16.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana.

16.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

17. DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro Municipal da Comarca de Nova Friburgo/RJ com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou

controvérsias oriundas do certame, que não puderem ser solucionados administrativamente.

Nova Friburgo/RJ, 04 de abril de 2022.

Responsáveis Técnicos:

Gestor: _____

José Roberto Ruiz de Azevedo

Gerente NS I de Planej. da Mob. Urbana

Matrícula: 62.954

Fiscal: _____

Renato de Souza Silva

Gerente de NT II de Operações de Trânsito

Matrícula: 62615

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

Fabício Corrêa Medeiros
Secretário Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana
Mat.: 62.007